A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA E OS DESAFIOS À GESTÃO DEMOCRÁTICA

Igor da Silva Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-3222-2472
Endereço eletrônico: 202320705@uesb.edu.br

Keila Caitité de Jesus
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-7461-7359
Endereço eletrônico: 202320407@uesb.edu.br

Marcos Oliveira de Queiroz
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2472-4516
Endereço eletrônico: Marcos.queiroz@uesb.edu.br

Palavras-chave: militarização da educação; gestão compartilhada, políticas educacionais, sociedade de controle.

INTRODUÇÃO

A militarização das escolas públicas, marcada pela transferência da gestão disciplinar e administrativa para corporações como a Polícia Militar, expressa tensões nos campos político, pedagógico e social. Nesse contexto, a Bahia destaca-se como pioneira e detentora de uma das redes mais consolidadas de Colégios da Polícia Militar (CPMs) e de escolas municipais sob gestão compartilhada. Como observam Brito e Rezende (2019), o slogan "disciplinar a vida, a começar pela escola" sintetiza esse processo, no qual a intervenção militar é frequentemente apresentada como resposta às demandas educacionais e disciplinares das juventudes periféricas. Contudo, o fenômeno não se limita aos grandes centros urbanos, expandindo-se também para o interior do estado.

Um exemplo dessa expansão é apresentado por Oliveira e Sampaio (2024), ao

analisarem o município de Belo Campo (BA) e demonstrarem como a lógica da militarização redefine o cotidiano escolar, as identidades locais e as relações de poder em cidades do interior baiano. Tal constatação revela que a militarização das escolas ultrapassa os grandes centros urbanos, exigindo a análise dos contextos históricos, políticos e socioeconômicos que favoreceram sua difusão. Nesse sentido, questiona-se: de que maneira o processo de militarização das escolas públicas se configurou e como as particularidades socioeconômicas e políticas da Bahia moldaram a implementação desse modelo? Para responder a essa problemática, este trabalho analisa o processo de militarização das escolas no estado, buscando mapear a expansão da gestão compartilhada com militares, identificar os discursos que legitimam esse modelo e discutir suas implicações pedagógicas e democráticas para a formação cidadã dos estudantes.

A análise busca avaliar os impactos de políticas educacionais de forte apelo popular, contrapondo os discursos de eficiência aos princípios constitucionais da liberdade de ensinar e aprender. Em um contexto de reconfiguração das diretrizes educacionais, compreender o modelo baiano e sua expansão para os municípios oferece subsídios relevantes para o debate sobre gestão escolar e políticas públicas.

METODOLOGIA

Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada por uma abordagem crítico-analítica (Gil, 2008). Para responder à problemática proposta, a investigação foi estruturada em três eixos. O primeiro consistiu na revisão bibliográfica das produções de Brito e Rezende (2019), fundamentadas nos conceitos de sociedades disciplinares, de Michel Foucault, e sociedades de controle, de Gilles Deleuze, utilizados para analisar os mecanismos de poder e regulação social no ambiente escolar. O segundo eixo contemplou a análise de documentos e políticas públicas relacionadas à militarização da educação, com destaque para o Decreto nº 10.004/2019, que instituiu o PECIM, e para o convênio firmado entre a Polícia Militar da Bahia (PMBA) e a União dos Municípios da Bahia (UPB). Por fim, foram examinados estudos de caso sobre a expansão do modelo no interior baiano, especialmente a pesquisa de Oliveira e Sampaio (2024) sobre Belo Campo (BA), além de registros e dados institucionais referentes aos municípios de Vitória da Conquista (BA) e Santa Cruz Cabrália (BA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de 2016, a instabilidade política desencadeada pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff e pela ascensão de Michel Temer à presidência produziu mudanças que repercutiram em diversos setores, incluindo a educação (Farias; Rufato; Ruiz, 2023). Esse cenário intensificou-se durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), quando a militarização da educação passou a ocupar posição central nas políticas educacionais federais. Nesse contexto, foi criado o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), apresentado como estratégia para melhorar os indicadores educacionais e que contribuiu para a expansão do modelo cívico-militar, difundindo práticas e discursos que associam disciplina militar à qualidade da educação pública (Brandão; Bezerra; Vieira, 2024).

Na Bahia, a militarização das escolas públicas ganhou impulso a partir de 2018, quando o governador Rui Costa apoiou a celebração de um convênio entre a Diretoria de Ensino da Polícia Militar da Bahia e a União dos Municípios da Bahia (UPB). A iniciativa favoreceu a adoção de projetos inspirados nos Colégios da Polícia Militar por diversos municípios, ampliando a presença da gestão militar nas escolas públicas do interior (Brito; Rezende, 2019). Para analisar esse processo, as autoras mobilizam referenciais teóricos voltados à compreensão dos mecanismos de controle e das transformações das sociedades contemporâneas.

O conceito de sociedades disciplinares, formulado por Michel Foucault, refere-se à constituição, entre os séculos XVII e XVIII, de dispositivos de poder voltados ao controle dos corpos por meio de instituições como a escola, a fábrica, o hospital e a prisão. Em contrapartida, Gilles Deleuze argumenta que as sociedades contemporâneas são marcadas por formas mais difusas e contínuas de vigilância e regulação, características das chamadas sociedades de controle. A partir desse diálogo teórico, Brito e Rezende (2019) analisam como a militarização das escolas públicas passa a ser apresentada como uma solução para problemas educacionais e sociais.

Esse discurso pode ser observado na adesão de escolas baianas ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Em Vitória da Conquista, a Escola Municipal Professora Maria da Conceição Meira Barros aprovou sua participação no programa após consulta à comunidade escolar. Ao comentar o resultado, a diretora da unidade associou a adesão às

dificuldades enfrentadas pela escola em relação à violência e à indisciplina, entendidas como fatores que comprometem o desenvolvimento pedagógico dos estudantes (Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2019).

Situação semelhante ocorreu em Belo Campo, onde a militarização foi implantada em 2019 por meio de convênio entre a Prefeitura Municipal e a Polícia Militar da Bahia (Oliveira; Sampaio, 2024). Embora acompanhada de medidas de apoio aos estudantes, a experiência evidenciou a centralidade da disciplina no modelo, exigindo a adequação a padrões específicos de comportamento. Como relatou a coordenadora pedagógica, alguns alunos deixaram a escola por não conseguirem se adaptar às exigências disciplinares da gestão militarizada (Oliveira; Sampaio, 2024). Essa discussão permite compreender como as formas de poder e controle permanecem presentes no ensino militarizado.

CONCLUSÕES

Os documentos analisados e os estudos desenvolvidos no cenário baiano – especialmente nos municípios de Vitória da Conquista, Belo Campo e Santa Cruz Cabrália – evidenciam que a promessa de restauração da "ordem" e da "segurança" exerce forte apelo social, sobretudo em comunidades marcadas por situações de vulnerabilidade. A transferência da gestão de instituições civis para corporações de segurança pública reconfigura a natureza da escola pública e impacta diretamente os processos de formação cidadã. Trata-se, fundamentalmente, da introdução de uma nova racionalidade política e de um modelo de controle social no ambiente escolar público brasileiro. Contudo, os efeitos desse modelo confrontam princípios constitucionais, como a liberdade de ensinar e aprender, bem como as diretrizes da gestão democrática previstas na LDB. Assim, ao buscar combater a indisciplina e a violência por meio de mecanismos externos de controle, institui-se uma lógica verticalizada de vigilância, na qual a padronização estética e comportamental tende a limitar a pluralidade e a expressão das identidades juvenis.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Raquel Araújo Monteiro; BEZERRA, Tânia Serra Azul Machado; VIEIRA, Marcelo Pustilnik de Almeida. Militarização das escolas públicas: que projeto é esse? **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 23, e2024-19, p. 1-16, 2024. DOI: 10.14393/che-v23-e2024-19.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 18 ago. 2026.

BRITO, E. P. P. E.; REZENDE, M. P. "Disciplinando a vida, a começar pela escola": a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 844-862, 2019.

FARIAS, Cristiane dos Santos; RUFATO, Gláucia Botan; RUIZ, Maria José Ferreira. BNCC: formação de competências e habilidades para a adaptação ao mercado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, e127053, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Alana Periquito de; SAMPAIO, Vilomar Sandes. Militarização das escolas públicas: a realidade do município de Belo Campo-BA. In: SEMINÁRIO GEPRÁXIS, 9., 2024, Vitória da Conquista. **Anais do Seminário Gepráxis**. Vitória da Conquista: UESB, 2024. p. 344-359.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Unânime**: comunidade escolar da Maria da Conceição Meira Barros decide aderir ao Programa de Escolas Cívico-Militares. Vitória da Conquista, 9 out. 2019. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br. Acesso em: 10.jun.2026.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábia; LACÉ, Andréia Mello. Militarização das escolas públicas no Brasil: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 13-24, jan./abr. 2023. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde. Acesso em: 10.jun.2026.